

A DESVIRTUAÇÃO DA POLÍTICA PELA RACIONALIDADE ECONÔMICA GLOBAL E SEUS REFLEXOS NA (DES)HUMANIDADE

THE POLITICS DEFORMATION BY GLOBAL ECONOMIC RATIONALITY AND THE CONSEQUENCES OF (IN)HUMANITY

**Mercia Miranda Vasconcellos
Guilherme Barbosa da Silva**

SUMÁRIO: Considerações iniciais. 1. Formação e expansão do Estado: guerra, identidade nacional, interesses econômicos, mitigação de direitos; 2. Estado e capitalismo: imbricação dos sistemas político e econômico; 3. Soberania, democracia, neoliberalismo e globalização; 4. Perda do poder político do Estado, declínio da participação política; 4.1. A apatia política; 4.2. O silêncio dos políticos, a despolitização do público, a política espetáculo. Considerações finais. Referências. Anexo I.

RESUMO: O presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a racionalidade econômica neoliberal e subjugadora que, por intermédio da globalização, desvirtua a Política, transformando-a em política de mercado, produzindo desumanidade e marginalização, criando “cidadãos mercadoria” cujo valor se pondera economicamente. A política contemporânea é fruto da racionalidade instrumental econômica e essa vontade de poder econômico distorce a essência do campo político, oculta e inverte a realidade, operando transformações injustas, produzindo condições subumanas e marginalidade social, além de apatia política da população e políticos profissionais dependentes de uma estrutura na qual vale mais quem “ganha” mais.

ABSTRACT: This research proposes a critical reflection of the neoliberal economic rationality that subjugates through globalization and depreciates politics, transforming all the politics relations into a political market and producing inhumanity and marginalization. Therefore creating "goods citizens" whose value is weighted economically. The contemporary politics is the result of economic and instrumental rationality of economic power that changes the political essence into a hidden reality and unjust, inhumane conditions, producing social marginalization and population politically apathy depending on “professionals politicians” into a structure that worships more who "wins" more economically. All this context increases money, but gets death instead of life.

Palavras-chave: globalização; política; apatia; cidadania; democracia.

Key words: globalization; politics; politics; apathy; citizenship; democracy.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Política é um assunto recorrente em nossas vidas, embora refletir sobre ela tenha se tornado prática estigmatizada em nossa sociedade. O ditado popular diz que política não se discute. Não obstante, as relações de poder estão presentes nas inúmeras relações humanas.

Há relação de poder nas relações familiares, nas de trabalho, na escola, entre cônjuges, na linguagem, na comunicação, enfim, o poder permeia a vida dos seres humanos em comunidade.

O assunto é instigante, despertando, por isso, interesse em intelectuais, pesquisadores e na própria sociedade. De fato, a política deve ser refletida por todos, para que amadureça e liberte o atuar político e a própria comunidade política. Muitos intelectuais refletem sobre as relações de poder: Foucault, Bobbio, Marx, dentre tantos outros. Não obstante, as reflexões insertas neste trabalho pautam-se no horizonte crítico que tem como base o pensamento político inovador, apresentado pelo filósofo Enrique Dussel, um dos principais articuladores das reflexões sobre a Filosofia política na vertente da Filosofia da Libertação que, a partir do fim da década de 60 e início da década de 70 constrói um pensamento libertário formulado desde a realidade de exclusão, de marginalidade de grande parte da humanidade, de negação à democracia, aos direitos humanos, de negação à vida em todas as suas manifestações.

Nessa esteia, as reflexões não partem de premissas sistêmicas, mas de um “mais além”, ou seja, das fissuras internas e externas do próprio sistema, buscando um diálogo crítico com as concepções tradicionais de política, globalização, neoliberalismo. O método adotado, portanto, na orientação do pensamento do filósofo Enrique Dussel, acrescenta ao método dialético, momentos anteriores ou exteriores ao sistema, ou seja, ao método dialético, inclui-se o momento analético, consistente na afirmação da alteridade, da lógica do sistema vigente. A construção do raciocínio científico parte de questões não abordadas pela lógica dos sistemas vigentes, de negatividades consideradas *normais* na sistemática da racionalidade econômica global.

A ação política é essencial para o desenvolvimento da vida em sociedade, não obstante, o agir totalitário, fundamentado em uma racionalidade instrumental econômica como essência do poder, acaba por fetichizar o poder, desnaturando-o, vinculando-o a poucas pessoas distorce a essência do campo político e, por isso, passou a ser um problema de vida e de morte para a maioria da humanidade. É a vontade de poder – econômico, para o presente estudo - que distorce a pureza do campo político, oculta a realidade e a inverte, transformando o povo de servido a servidor e produz condições subumanas em que sobrevive uma boa parcela da humanidade.

A manifestação do poder – *potestas* – tem-se mostrado manifestação de dominação, sem qualquer compromisso com a comunidade política. Os atores políticos usurpam o exercício do poder, corrompendo-o e instalam um poder autoritário e excludente que se fecha

em si mesmo, bastando-se a si próprio. A vontade de poder é o imperativo categórico para a dominação, para a alienação que as práticas políticas corrompidas culminam.

A política, embora tenha avançado com conquistas formais, ainda padece de máculas, idolatria, fetichização do poder, ainda mantém os políticos como intocáveis, donos do poder, que não precisam responder à comunidade, não precisam se preocupar com as reais necessidades da comunidade. O Estado torna-se onipresente na figura do seu governante, como se este fosse fonte da soberania, e usa o poder como dominação. Tal situação cria e reproduz morte e não vida, além de impedir a construção e vivência de uma cultura política impeditiva de exercer a cidadania plena.

O Século XXI é o século em que o homem terá de se superar, ser criativo e renovar suas práticas na sociedade para continuar vivendo. Esse é o desafio do presente trabalho: instigar a reflexão sob um novo olhar, a partir de fissuras sistêmicas, internas e externas, a fim de possibilitar novas respostas para as velhas perguntas e problemas da humanidade.

1. Formação e expansão do Estado: guerra, identidade nacional, interesses econômicos, mitigação de direitos

A consolidação do Estado moderno teve a guerra como importante mediação. Os Estados deveriam estar preparados para a guerra a fim de garantir a segurança e soberania. Então, armavam-se, militarizavam-se para aumentar a própria seguridade. Entretanto, ao fazer isso aumentavam a insegurança dos outros Estados, que também recorriam a armamentos – inseguridade. Assim, os Estados aptos a dispor recursos para financiar a guerra, bem como para desenvolver tecnologias bélicas converteram-se em potências políticas, estabelecendo as regras do jogo político de todo o planeta. Quanto maior os custos e as exigências da guerra, maior a necessidade dos governantes de negociar com a população e obter o seu apoio.

À medida que a população era envolvida nos preparativos da guerra, começavam a tomar consciência de pertencer a uma comunidade política e dos direitos e das obrigações que esse pertencimento poderia implicar. A construção da *identidade nacional* nasceu do projeto de aglomerar a gente no interior de um território delimitado, com o propósito de afirmar ou aumentar o poder do Estado. A guerra, assim, acabou por impulsionar a democracia dentro de certos países, os direitos, assim como foi um importante instrumento de coerção para negar não só a democracia, como direitos e princípios democráticos aos países conquistados, colonizados e explorados pelos Estados poderosos.

David Held (1997) afirma que os objetivos da guerra converteram-se gradualmente em objetivos econômicos, as empresas e conquistas militares conectaram-se com a busca por vantagens econômicas. A partir do século XVII, as conquistas militares estiveram diretamente vinculadas ao êxito das empresas econômicas, visto que, para os Estados efetivarem a atuação militar necessitavam de meios financeiros e quanto maiores fossem as atividades econômicas desenvolvidas em seus territórios, maiores possibilidades teriam de obter recursos mediante tarifas, impostos e outros. Assim, durante os séculos XVII e XVIII os Estados absolutistas e constitucionais foram cimentando firmes ingerências nas atividades da sociedade civil, sendo que esse impulso provinha, quase sempre, dos compromissos militares.

Subliminarmente a esse processo militar, operava-se a necessidade de regular a economia capitalista em desenvolvimento, para que a base econômica do Estado não fosse vulnerada. As novas classes sociais surgidas, com o seu poder econômico, aliaram-se aos grupos políticos dominantes e impulsionaram mudanças no Estado. Assim, no século XIX buscaram condensar a luta por uma esfera econômica independente e a luta por um governo representativo. Assim, a luta pelos direitos civis e políticos foi reconstituindo a natureza do Estado – conduzido ao sistema político democrático liberal - e da economia – conduzido ao sistema de mercado capitalista.

Os Estados modernos alcançaram a supremacia porque triunfaram na guerra, foram exitosos economicamente e obtiveram um grau de legitimidade perante sua comunidade e os demais Estados. Mobilizaram-se de forma efetiva para a guerra, para impulsionar a atividade econômica – expansão capitalista – e para legitimarem-se.

2. Estado e capitalismo: imbricação dos sistemas político e econômico

O processo de consolidação do Estado e conquista da efetivação da soberania estatal acabou por criar novos processos históricos a ele imbricados, propiciando novas situações históricas, tais como o desenvolvimento do mercantilismo em capitalismo e este com suas várias nuances, trazendo, com isso, novas situações complexas, com reflexos na sociedade e na política. O capital passou a dominar as relações políticas, sociais e até humanas e a análise e reflexão econômica passou a comandar a partir de então.

Adam Przeworsky (1995) afirma que o Estado é fundamental para a reprodução do capitalismo, sistema que exige duas condições para o seu desenvolvimento: *acumulação continuada e legitimação* – apoio popular, exigido pelas regras da democracia ou o consentimento, necessário para evitar ameaças revolucionárias. Entretanto, tais condições/pré-

requisitos não são mais geradas espontaneamente pelas economias capitalistas. Se não há condições necessárias para a reprodução do capitalismo e mesmo assim ele se reproduz, é porque algumas instituições externas ao sistema de produção e troca, portanto, não-econômicas, geraram as condições necessárias para a manutenção do sistema capitalista - acumulação e legitimação. Por várias razões, diz Przeworsky, entende que tais instituições são identificadas como o Estado, afirmando, ainda, que o capitalismo contemporâneo é, de uma forma ou de outra, “capitalismo de Estado”.

O autor afirma que toda política pública constitui uma tentativa de implementar os dois requisitos: acumulação e legitimação. O objetivo das instituições estatais é promover a acumulação e legitimação, e o fazem mediante políticas públicas. *As atividades do Estado estabilizam o sistema capitalista como um todo*. Assim, as políticas públicas constituem “funções”. Quando algumas condições para a acumulação e legitimação estão ausentes e a reprodução do capitalismo é ameaçada, o Estado desempenha funções pra fornecer as condições necessárias. “Os capitalistas são dotados de poder público, poder que não pode ser subjugado por nenhuma instituição formal.” (PRZEWORSKY, 1995, p 57). Assim, a capacidade do governo estatal passou a circunscrição do capitalismo. Se o mercado gera “hiatos funcionais”- incapacidade de o mercado garantir a acumulação -, o Estado precisa intervir; ao intervir, o Estado politiza as relações econômicas: relações de poder substituem relações de troca – para garantir a acumulação; a politização das relações econômicas leva a novas crises – de racionalidade, legitimação e motivação.

Quando a estrutura de poder legalmente construída, fundada para a promoção e realização dos direitos individuais, da dignidade do ser humano, passa a assumir tarefa de gerenciamento da economia, fica permeada por interesses externos que acabam por conflitar com os interesses baseados em valores universais fundamento da instituição, exerce funções contraditórias, pois a necessidade de retirar recursos das relações de mercado conflita com a de tomar decisões segundo critérios não mercantis, essencial ao Estado.

3. Sistema econômico, soberania, democracia e globalização

Para a continuidade da construção do raciocínio, mister apresentar reflexões sobre a ingerência do sistema econômico na atualidade em que impera o sistema global no qual o fenômeno da globalização, movimento complexo de difusão, intercâmbio cultural, ampliação de fronteiras políticas, econômicas, sociais, mudou as estruturas de toda a sociedade, projetando-se por sobre os mais variados aspectos da vida. Não é um fenômeno exclusivamente econômi-

co, embora seja clara e incontestável a hipertrofia da dimensão financeira, ou processo único, mas um processo complexo, contraditório que se reflete na sociedade e até nas relações pessoais de experiência social, irradiando efeitos além do campo econômico, no campo político, cultural, tecnológico, social, jurídico e até militar, dentre outros. Aliás, praticamente não há aspecto da vida humana que não seja atingido, de uma forma ou de outra, por esse intercâmbio além-fronteiras, de idéias e de bens, causador de crescente interdependência entre os países. Favorece uma ruptura da tradição, dentro e fora das fronteiras dos países, cada vez mais unidos por redes eletrônicas e de comunicação.

Sob o aspecto econômico, a humanidade assiste a uma revolução tecnológica com aumento de produtividade, com demanda de menor trabalho vivo para um mesmo volume de mercadoria. Além disso, o capital internacionalizou-se, forçando as economias dependentes a uma inserção subordinada no mercado internacional. Conglomerados e empresas transnacionais dominam a maioria da produção, do comércio, da tecnologia e das finanças internacionais. O mundo dividiu-se em capitalismo avançado e capitalismo dependente, gerando concentração de renda, pobreza e exclusão.

Para José Eduardo Faria (2002, p. 59) a globalização não é um conceito unívoco, mas plurívoco e entre os processos mais importantes destacam-se, por exemplo, a crescente autonomia adquirida pela economia em relação à política; a emergência de novas estruturas decisórias atuando em tempo real e com alcance planetário; as alterações em andamento nas condições de competitividade de empresas, setores, regiões, países e continentes; a transformação do padrão de comércio internacional; a “desnacionalização” dos direitos; a desterritorialização das formas institucionais e a descentralização das formas políticas do capitalismo; a uniformização e a padronização das práticas comerciais no plano mundial; a desregulamentação dos mercados de capitais, a interconexão dos sistemas financeiro e securitário em escala global; a realocação geográfica dos investimentos produtivos e a volatilidade dos investimentos especulativos; a unificação dos espaços de reprodução social, as mudanças ocorridas na divisão internacional do trabalho.

As consequências ultimadas pela globalização são, dentre outras: incorporações de empresas de capital nacional por empresas transnacionais, devido ao fato daquelas não suportarem a concorrência destas; contratação de empresas de capital nacional de forma terceirizada, como forma de estratégia das grandes empresas; pressão de déficits na balança comercial de países periféricos; dependência de tecnologia de ponta, notadamente a tecnologia de informação; dependência dos fluxos de capitais voláteis; acentuada penetração de capital

internacional na economia nacional enfraquecendo o controle da economia nacional pelo governo federal, desemprego em massa, resultado do processo de modernização dos setores produtivos que ampliam os níveis de produtividade, com novas tecnologias e sistemas de gerenciamento, necessitando, cada vez menos, de trabalho humano; economia informal e de práticas econômicas consideradas crimes; aumento da violência e criminalidade, diante das tensões sociais em decorrência da crescente exclusão econômica.

Na medida em que a interpenetração das estruturas empresariais, a interconexão dos sistemas financeiros e a formação dos grandes blocos comerciais regionais convertem-se em efetivos centros de poder, o sistema político deixa de ser organização da sociedade por ela própria e, em vez de uma ordem soberanamente produzida, passa-se a ter ordens crescentemente recebidas dos agentes econômicos. (FARIA, 2002, p. 35). Tais relações hegemônicas globais são articuladas por um bloco histórico, uma constelação social e política de forças materiais, institucionais e ideológicas. Esse bloco histórico articula-se em conjunto de idéias hegemônicas que dão coerência estratégica a seus elementos constitutivos – suas bases materiais, políticas e ideológicas de articulação. Segundo Alejandro Médici (2004, p. 184):

A globalização sobredetermina todas as áreas de produção e reprodução da vida e, ao fazer isso hierarquiza autoritariamente as necessidades. Sob o véu da ideologia neoliberal hegemônica estão as necessidades da acumulação mundial de capital que subsumem os povos, grupos e classes oprimidas. Os meios, formas e ambientes de vida e satisfação das necessidades, até agora considerados comum, tais como água e a terra, os bens e espaços públicos, como saúde, educação, locais públicos, o conhecimento ancestral das populações indígenas e tradicionais estão submetidos a um processo expansivo que os subsume cada vez mais como mercadorias.¹

No entender de José Maria Seco Martinez (2004, p. 157), o sistema econômico capitalista é um aparato de opressão e dominação:

Certamente o sistema econômico capitalista transforma-se assim em um aparato desproporcional de opressão e de dominação, cujos meios de transmissão são hoje os bancos, os mercados de renda e em geral quantos mecanismos financeiros se estabelecem para assegurar efetivamente a rentabilidade não produtiva. É um sistema opaco, pois, não é transparente, é

¹ La globalización sobredetermina todos los espacios de producción y reproducción de la vida y al hacerlo, jerarquiza autoritariamente las necesidades. Bajo el velo de la ideología neoliberal hegemónica se hallan las necesidades de la acumulación mundial de capital a las que se subsumen las de los pueblos, grupos y clases oprimidas. Los medios, formas y entornos de vida y satisfacción de necesidades, hasta ahora considerados comunes, como por ejemplo el agua y la tierra, los bienes y espacios públicos, como la salud, la educación, los lugares públicos, los conocimientos ancestrales de los poblaciones indígenas y tradicionales, **están sometidos a un proceso expansivo que los subsume cada vez más como mercancías.** (tradução livre - texto original)

fechado, porque não é livre, que se apropria do imaginário submetendo-o às suas próprias regras, modos e princípios, isto é, o preço, à dívida, à segurança, certeza psicológica, à falsa necessidade e às armadilhas especulativas. E ao desvirtuar ostensivamente a finalidade natural da economia submete a ação dos poderes públicos aos desígnios de uma gestão nebulosa do bem-estar.²

No entender de Alejandro Médici (2004, p. 187-189), a competitividade no mercado mundial é o critério último da política estatal que justifica o ataque às conquistas sociais. As pautas de valoração do capital transnacional refletem nas políticas de governo, nas políticas econômicas. As corporações multinacionais valorizam as liberdades jurídicas, os custos de produção, a estabilidade política e também o crescimento potencial do mercado de um país. No que tange às relações internacionais, as organizações internacionais, na medida em que acertam o marco de pensamento que convém aos interesses do capital exercem influência, pressão e coação econômica através da gestão do crédito internacional sobre os Estados nacionais. Podem ser compreendidas, segundo o autor, como “aparatos de hegemonia”, produto de uma ordem mundial estabelecida que produzem e reproduzem a mesma ordem, agindo de forma a normatizar, legitimar ideologicamente, cooptar elites dos Estados periféricos, absorver e funcionalizar as idéias contra-hegemônicas.

As novas forças que operam na ordem mundial são dominadas pela economia capitalista de cunho neoliberal. As nações formam blocos geopolíticos e celebram acordos, estabelecendo normas, sobre a organização internacional. A nova economia mundial dominada pelo sistema financeiro e pelos investimentos à escala global mantém a dependência econômica: a dependência comercial ocorrida nas importações de produtos de ponta e exportações de produtos de base, ambas em direção ao capital central; a dependência financeira materializada pela vinculação ao FMI – Fundo Monetário Internacional –; a dependência tecnológica ou industrial ensejada na produção de bens não necessários para o real desenvolvimento, mas que passam a ser necessários pela propaganda massiva vinda do centro, em outras palavras, por pseudo-necessidades dos países periféricos criadas pelo capitalismo central.

Na dimensão política da globalização, tem-se a mercantilização das relações sociais que o mundo vivencia, o processo de modernização que mantém as clássicas estruturas

² Ciertamente el sistema económico capitalista deviene así em un aparato desproporcionado de opresión y de dominación, cuya correa de transmisión son hoy la banca, los mercados de renta y em general cuantos mecanismos financieros se establecen para el aseguramiento efectivo de la rentabilidad no productiva. Es un sistema opaco, pues no es transparente, y cerrado, porque no es libre, que se apropria del imaginario sometiéndolo a sus propias reglas, modos y principios, esto es, al precio, a la deuda, a la seguridad, a la certidumbre psicológica, a la falsa necesidad y a la trampa especulativa. Y al desvirtuar ostensiblemente la finalidad natural de la economía pliega la acción de los poderes públicos a los desígnios de una gestión nefeloide del bienestar. (tradução livre – texto original)

capitalistas da organização estatal, reproduzindo as desigualdades econômicas existentes. O Neoliberalismo justifica reformas políticas e econômicas que aparentemente visam promover a liberdade da sociedade civil, mas que, na realidade, ampliam a liberdade dos grandes agentes internacionais, ao mesmo tempo em que restringem as liberdades públicas em sua dimensão material, seja pela extrema dificuldade de o Estado conseguir realizar políticas efetivas, seja pela grande parcela da sociedade, desempregada e marginalizada. (MANCE, 1999, p. 03)

A dinâmica histórica mostra que o Neoliberalismo, politicamente, enfraquece a capacidade dos governos, principalmente nos países de economia dependente, promovendo políticas públicas efetivas, enquanto prioriza e assegura a estabilidade das moedas nacionais, adotando políticas de juro e câmbio que culminam por remunerar o capital financeiro. Agindo assim, suportam a hegemonia política do Neoliberalismo, causadora de exclusão e vitimação. Nesse sentido, José Eduardo Faria observa (2002, p. 23):

Nesse novo contexto sócio-econômico, embora em termos *formais* os Estados continuem a exercer soberanamente sua autoridade nos limites de seu território, em termos *substantivos* muitos deles já não mais conseguem estabelecer e realizar seus objetivos exclusivamente por si e para si próprios. Em outras palavras, descobrem-se *materialmente* limitados em sua autonomia decisória. E, conforme o peso relativo de suas respectivas economias nacionais na economia globalizada, a dimensão de seu mercado consumidor, a capacidade de investimento dos capitais privados nacionais, o controle da tecnologia produtiva, a especificidade de suas bases industriais, o grau de modernidade de sua infra-estrutura básica e os níveis de escolaridade e de informação de suas sociedades, já não mais dispõem de condições efetivas para implementar políticas monetária, fiscal, cambial e previdenciária de modo independente, nem para controlar todos os eventos possíveis dentro de sua jurisdição territorial.

As interações mundiais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir com centralidade a vida política, social e econômica da nação. A soberania dos Estados mais fracos está ameaçada pelos Estados mais fortes e poderosos, mas, sobretudo, por agências financeiras internacionais e outros transnacionais privados como empresas multinacionais, impingindo uma pressão coesa e poderosa. No que diz respeito a países periféricos e semiperiféricos, tais políticas provocam turbulências nos quadros legais e institucionais como a liberalização do mercado, privatização de serviços, desregulação do mercado de trabalho, flexibilização salarial, redução e privatização, ao menos parcial, dos serviços de bem-estar social, reformas educacionais dirigidas para a formação profissional, mais do que para a construção da cidadania.

Todas essas mudanças de retraimento do Estado só podem ser obtidas mediante uma forte intervenção estatal capaz de por fim à própria regulamentação estatal e criar as normas e instituições que presidirão ao novo modelo de regulação social. “O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação”. (SANTOS, 2005, p. 38). Diante desse quadro, há uma clara redefinição do Estado, fragilização de sua autoridade, submissão à pressão dos setores vinculados ao sistema capitalista transnacional para melhorar e ampliar as condições de competitividade sistêmica no universo global. Há uma clara atuação de forças impessoais do mercado atuando e afirmando-se sobre as jurisdições territoriais, tornando, por sua vez, o direito social implausível.

Sob a perspectiva ética, a globalização propõe a iniciativa dos agentes privados em função de seu interesse particular como conduta que contribui para o bem da coletividade, diante do fato que o mercado contribui para o indivíduo realizar o seu bem privado e, realizando esse bem privado, realiza o bem comum. Esse raciocínio permite constatar que, para o Neoliberalismo, o bem comum é entendido tão somente como a soma de bens individuais. Entretanto, o individualismo exacerbado, afirmado cada vez mais pela política neoliberal, acaba por culminar massacre de subjetividades que vão ficando insensíveis ao sofrimento alheio, por desobrigar os indivíduos de se preocupar com transformações sociais que visem garantir a cada pessoa as mediações materiais, políticas, educativas que lhe permitam exercer eticamente sua liberdade e viver com dignidade.

Diante desse quadro, novas formas de associações políticas administram áreas da atividade transnacional e problemas políticos coletivos, culminando uma clara penetração da política externa a realidade interna dos Estados. A globalização mudou as bases de poder, com uma grande variedade de organizações não governamentais, grupos de pressão transnacionais, e as características econômicas do sistema internacional, o que afetou a estrutura de elaboração de decisões internas. As questões políticas internas são afetadas pela *condicionalidade* do FMI e do Banco mundial, por exemplo. As diretrizes políticas e econômicas impostas por essas organizações solapam a soberania dos Estados e, ainda, podem causar conflitos internos sérios a ponto de contribuir para a queda de um governo.

Boaventura de Sousa Santos (2010, p.270) afirma a existência da *democracia de mercado* que tem como suporte o método competitivo e seleção de elites políticas - e as instituições necessárias para o funcionamento desse método. Álvaro de Vita (2004, p. 8/79) aduz que líderes políticos auto-interessados vêm-se obrigados, em virtude da disputa competitiva do voto popular, a levar em conta as preferências e interesses de não-líderes, sob pena de não se

elegerem ou reelegerem Na democracia competitiva, os interesses políticos dos cidadãos têm por base o interesse próprio de cada um, assim, o eleitor “compra” ao votar um pacote político oferecido pelos líderes e partidos políticos com base na “renda de utilidade” – cálculo de “custo-benefício” - que isso lhe assegurará. Entretanto, tal conduta de escolha é apropriada a consumidor e não a escolha política, uma vez que as consequências afetam a outros além daqueles que a fizeram.

A democracia de mercado fica muito longe de realizar a norma de igual proteção de interesses e preferências individuais e não se justifica moralmente. Para a emancipação seria necessária uma nova teoria democrática com o objetivo de alargar e aprofundar o campo político em todos os espaços estruturais da interação social, ou seja, maior participação política dos cidadãos na vivência e construção do processo político.

Tomando por base a interessantíssima metáfora do cientista político Joseph Nye, citado por Luciano Martins (2008, p. 190), o cenário atual político seria como um jogo tridimensional de xadrez que consistiria de 03 tabuleiros superpostos, nos quais jogam atores dotados de recursos de natureza diferente e que apresentam graus variados de concentração ou dispersão de poder. No tabuleiro de cima (*top board*) estaria o poder militar, monopolizado pelos países que possuem armas nucleares e forças convencionais dotadas de armas cada vez mais sofisticadas. No tabuleiro do meio (*middle board*) estariam os organismos internacionais, os centros mundiais de poder – FMI, Banco Mundial, OMC, dentre outros. No tabuleiro de baixo (*botton board*) estaria o poder econômico disperso, fora do controle de governos como empresas transnacionais, dentre outros. Nesse jogo tridimensional o jogador deve observar todos os três tabuleiros, sem deixar de considerar nenhum. Nesse jogo a representação equitativa democrática não prevalece nas arenas decisórias mundiais, nem locais.

Nessa linha de raciocínio, medidas tomadas pelos governos nacionais não mais afetam somente a seus cidadãos. As decisões, embora pertençam ao domínio legítimo da autoridade de um Estado-nação soberano, deve levar em conta a interconexão global e questionar-se acerca da coerência, da viabilidade e da *accountability* – responsabilidade – na tomada de decisões. Ainda, quando as decisões são tomadas por organizações como a Comunidade Europeia (CE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou Fundo Monetário Internacional (FMI) diminuem a presença de decisões ao alcance das maiorias nacionais.

A teoria e a prática democráticas enfrentam, na atualidade, um enorme desafio. A essência da democracia vem sendo desafiada por práticas importantes desenvolvidas ao longo da história, dentre elas a dinâmica de uma economia mundial que provoca a instabilidade e di-

ficuldade dentro dos Estados e entre eles e escapa do controle de qualquer comunidade política. A teoria democrática esboça-se um complexo quadro de contradições: a economia mundial e o tecido de relações e redes que atravessam as fronteiras nacionais x divergência existente entre a totalidade daqueles que são afetados pelas decisões políticas e dos que participam para a sua elaboração – ao menos indiretamente – dentro de um Estado democrático.

4. Perda do poder político do Estado, declínio da participação política

Todas as transformações e ingerências ocasionadas pela racionalidade econômica e global delineada acima permite afirmar que, no sistema global contemporâneo, os sistemas de autoridades manifestam-se no interior e além das fronteiras do Estado. O Estado converteu-se numa arena fragmentada de elaboração de políticas, permeado pelos grupos internacionais – governamentais e não governamentais - o que implica perda de poder do Estado de definir suas políticas, de determinar o próprio destino.

Com o vetor do poder direcionado ao sentido econômico, os cidadãos estão perdendo o espaço da participação política e para conquista e defesa dos direitos inerentes à cidadania. O poder que, de fato, comanda *não é legitimado* pela comunidade política. O poder das autoridades representativas não presta contas a seus representados e sim ao poder de fato ao qual se submete. Agora sendo a “economia a lei do mundo”, há necessidade de uma homogeneização das práticas e dos comportamentos. Não há lugar para dissensos, assim, a divergência da minoria fica sufocada pelo “pensamento único”. A diversidade de opinião não prevalece e nem é encorajada ante ao ordenamento e unicidade do comando econômico.

A influência decisiva do neoliberalismo na política tem por consequência uma atuação totalmente antidemocrática em países de regimes democráticos; coloca em risco as conquistas políticas e jurídicas, em prol do livre mercado. Na medida em que os governos seguem as diretrizes econômicas da globalização econômica e das políticas neoliberais – emanadas das empresas transnacionais e organismos internacionais – há o prejuízo para a democracia, solapando a participação política dos cidadãos e configurando a perda das conquistas de vários anos de lutas e conquistas sociais.

Em vez de os representantes agirem em nome do povo, com o consentimento dos governados, agem sem o consentimento desses, ou melhor, agem com o consentimento sem consentimento, em consequência da restrição à participação popular na esfera pública, face à globalização e ao Neoliberalismo conforme ensina Noam Chomsky (2002). Democracia e livre mercado não combinam. As grandes empresas apresentam-se como salvadoras dos

lugares, como indispensáveis porque aportes da modernidade e do emprego e ameaçam ir embora quando o poder público não atende aos seus reclamos. Há o esvaziamento do poder, há a mitigação da democracia, eis que os cidadãos são tolhidos de sua participação no destino da sociedade que se “afina” com os interesses privados e exigências dos grandes organismos internacionais ou de empresas transnacionais.

Milton Santos (2001, p. 68/69), nessa mesma linha de pensamento, afirma:

“Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe esse nexo das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade (...). À medida que os institutos encarregados de cuidar do interesse geral são enfraquecidos, com o abandono da noção de prática de solidariedade, estamos, pelo menos a médio prazo, produzindo condições da fragmentação e da desordem (...)”.

O altíssimo custo social decorrente dessa prática nefasta não pode ser legitimado em qualquer democracia. A participação, em vez de ser da comunidade política é da esfera privada. A esfera pública sujeita-se à privada, esvaziando-se, sucumbindo aos interesses de uma racionalidade econômica selvagem e perniciososa. As novas elites orgânicas formam verdadeiros “governos privados”, ilegítimos e antidemocráticos.

Esse sistema de perversidade inclui a morte da Política, uma vez que a condução do processo político passa a ser atributo das grandes empresas. Acrescido a isso, o processo de conformação da opinião pelas mídias e a formação do pensamento único, em substituição do debate político. O resultado é uma ação hegemônica perversa, irresponsável, com a produção “natural” da desordem e a construção de uma *democracia de mercado*. “A vida normal de todos os dias está sujeita a uma violência estrutural, mãe de todas as outras violências” (Milton Santos, 2001, p. 60-61).

4.1. A apatia política

O declínio da Política imposto pelo sistema fundado na racionalidade econômica que cria uma política conduzida por interesses econômicos acaba por solapar a cidadania e todos os direitos políticos conquistados, regulamentados e exercidos pelos cidadãos de um determinado espaço geográfico. Quando surge o cidadão? Basicamente, quando indivíduos vinculados por múltiplos laços de interdependência supõem que suas prerrogativas políticas estão incorporadas na normatividade estatal e as pratica segundo seu entendimento. Trata-se de uma eficiência entre a vida civil e a maneira de projetá-la como vida política, como vida compartilhada e gerida com outros (LINERA, 2010, p. 99).

Entretanto, o princípio da cidadania, no contexto político atual, reside exclusivamente no exercício do voto. Qualquer outra forma de participação política é excluída ou desencorajada. A participação política do cidadão reduz-se ao exercício do direito do voto, cuja realização restringe-se a escassos minutos. Durante o resto dos meses ou anos entre um voto e outro o votante não tem faculdades políticas para gerir ou mudar a decisão tomada. “Nesse caso, temos o que o tempo democrático da vida social se restringe a sua mínima expressão, ao passo que o tempo da arbitrariedade estatal se amplia em termos absolutos (LINERA, 2010, p. 110).

Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 240-250) afirma que no capitalismo há uma forma de associação “especial” segundo a qual a formação da vontade assenta-se na exclusão da participação da esmagadora maioria dos da associação “participam”. Assim, a sociedade civil converte-se em “domínio privado”. “A representação democrática perdeu o contato com os anseios e necessidades da população representada e fez-se refém dos interesses corporativos poderosos. Com isto, os cidadãos alheiam-se da representação sem, no entanto, terem desenvolvidos novas formas de participação política, exercitáveis em áreas políticas novas e mais amplas.

Nesse contexto, os cidadãos alijados de seu direito fundamental de cidadania e vendo-se ultrajados em suas necessidades e aspirações, constatando a usurpação do poder político pelos interesses privados do mercado, com um profundo sentimento de “impotência” no plano político-participativo, conscientes das poderosas forças globais de poder tornam-se apáticos politicamente. A cidadania fica essencialmente esquecida, sustentada por uma casca formal do direito/obrigação ao voto e nada mais. Não há participação, não há responsabilização das ações de seus representantes perante o povo soberano. As decisões políticas são tomadas em função do apelo consumista do mundo globalizado.

Numa época de crise de confiança no Estado e no bem público, há duas consequências: entre os dirigentes – corrupção e desrespeito a coisa pública e entre os dominados – repulsão ao Estado que também acaba não pedindo nada, além de contribuições materiais obrigatórias. Não há devotamento e tampouco entusiasmo. Essa apatia favorece a visão de que os cidadãos são meros consumidores, a opinião pública pode se transformar em consumo de programas e a defesa dos indivíduos pode se transformar em meros particularismos, sem a mínima preocupação com o bem-estar social.

O resultado é uma sociedade fragmentada com indivíduos desengajados, que aceitam o engajamento motivados por interesses escusos e particulares. Essa condição de consumidor,

internalizada pelo cidadão, é uma subversão a muitas conquistas políticas obtidas no decorrer do evoluir histórico. Perdem-se os sentimentos de solidariedade, de pertencimento a uma nação, identidade dentro de um espaço territorial, solidificam-se comportamentos individualistas, egoístas e de apatia política, o que acaba por permitir as “mazelas” como “fenômeno natural” sem o devido debate político, isso porque a apatia permite a formação de um pensamento único, dominante, porém definido pelo interesse de um conjunto de forças econômicas, especialmente a do capital internacional e imposto a toda uma coletividade, sem o devido consentimento e debate.

O isolamento do cidadão destrói a capacidade política e a faculdade de agir. A ruptura da vida pública ocorrida pelo isolamento promove desolação e exacerba o desenraizamento do homem e seus relacionamentos sociais, dificultando o pensamento e a ação. Os cidadãos não adquirem a autonomia necessária para atuarem de forma consciente na construção política da sociedade em que vivem. No entender de Alvaro Garcia Linera(2010, p. 112):

A moderna cidadania é, descaradamente, uma *ciudadania irresponsável*, na medida em que o exercício dos direitos políticos é simplesmente uma cerimônia de renúncia da vontade política, da vontade de governar, para depositá-la nas mãos de uma nova casta de proprietários privados da política, que se atribui o conhecimento das sofisticadas e impenetráveis técnicas do mando e do governo (...) Assim, o que se tenta chamar de cidadão é uma individualidade abstrata, uma consciência submissa guiada pelos preceitos mercantis do regateio monetário de sua soberania.

As formas de participação são impulsionadas, basicamente, por dois recursos políticos: intensidade de preferência e dinheiro. A minoria privilegiada, com preferências intensas com respeito às decisões políticas, dispõem-se a pagar o custo da comunicação política que podem ter êxito em convencer os eleitores insuficientemente informados de que as propostas - da minoria - são aquelas que melhor correspondem às preferências desses eleitores. “Eleitores desinformados podem adotar crenças que favorecem, não seus próprios interesses, e sim os interesses de lobbies e minorias politicamente ativas” (de VITA, 2004, p. 83)

4.2. O silêncio dos políticos, a despolitização do público, a política espetáculo

A profissionalização da política e as condições exigidas daqueles que querem fazer carreira nos partidos excluem personalidades inspiradas. Pierre Bordieu (2010) faz menção ao “silêncio dos políticos” que carecem de ideais mobilizadores. Em acréscimo a isso, tem-se a

política entendida sob a racionalidade econômica, com uma visão de gestão e autogestão, aprendida nas escolas de ciências políticas. Política economicamente legitimada é a que se busca fazer.

Dentre vários resultados que se podem extrair da globalização e da racionalidade econômica que permeia todo o substrato global, um dos mais notáveis e tristes é o encerramento dos cidadãos na intimidade individual, enquanto a iniciativa política é monopolizada por políticos profissionais. O público despolitiza-se até converter-se em um imenso mercado que, dentre suas mercadorias, oferece “personalidades” políticas com as quais as massas podem identificar-se e, por isso, votar, conservando o controle privado do poder. Ao mesmo tempo, a profissionalização transforma a política em uma “política-espetáculo” que se perfaz em uma sociedade domesticada pela propaganda do espectador-mercado (DUSSEL, 2011, p.135/136).

“A política agora é feita no mercado” (SANTOS, 2010, p. 255) sendo que o mercado não é ator, mas um símbolo, uma ideologia, é um ente quase metafísico. Os atores são as grandes empresas, empresas globais que não têm preocupações éticas nem finalísticas. A Política transforma-se em um mercado político, no qual os consumidores procuram os produtos que lhes convêm.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a reflexão acima, resta claro que a racionalidade econômica está inserida em todas as dimensões do poder e do viver da (des)humanidade global. A ignorância da população sobre a realidade atual, histórica e econômica enfraquece a luta contra esse imperialismo global e econômico absolutamente desumano. O monopólio do dinheiro mediante a hegemonia do capital financeiro produz todos os outros monopólios, inclusive o político. *Cidadãos foram expropriados de seu poder político*, ao passo que seus representantes tornaram-se “profissionais da democracia de mercado”. Ainda, os Estados sucumbem às pressões das instituições particulares produzindo políticas particulares, deixando a comunidade política em situações precárias.

Não se acredita mais na política, a desesperança reina nos corações e mentes dos cidadãos que se sentem impotentes diante de tanta desvirtuação e irresponsabilidade politqueira. Os cidadãos já não se mobilizam mais e são tomados pela apatia, ao passo que os políticos, agora profissionais, sem espaço para aqueles que realmente sejam comprometidos, fazem a política do “quem dá mais” e quem ganha mais, sem comprometer-se com a comunidade polí-

tica, fonte real do poder político. O sistema de oferta e procura é dissimulado em demandas sociais.

As ações no campo político subsumem-se a princípios econômicos e não éticos, a democracia é movida por uma racionalidade econômica instrumental, sustentada por um ordenamento político corrompido e por um ordenamento jurídico garantidor dos interesses de uma minoria representada pelo poder econômico. A política “de mercado” massacra a cidadania, convertida em mercadoria.

É preciso encontrar alternativas positivas a partir dessa situação de negatividade, a partir da não-factibilidade³, da impossibilidade de realização positiva do sistema, é necessário destruir o que limita a dignidade e intervir criativa e qualitativamente na história da humanidade, negando o que exclui e anunciando a libertação – utopia possível a partir da construção da consciência crítica e do exercício da racionalidade ético-crítica, em substituição a racionalidade instrumental.

A mudança necessária não é somente o rompimento de cadeias, a readequação de discursos pré-existentes, a exigência de abertura no sistema, a reestruturação de instituições políticas consolidadas, mas ruptura com a desumanização e a esta se deve seguir o desenvolvimento de possibilidades positivas da vida humana – transformação.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ MANCE, Euclides. *Globalização, dependência e exclusão social* - o caso brasileiro: conferência realizada na Universidade Católica de Milão em 20.01.1999, disponível em <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/biblioteca.htm>> acesso em 01.03.2013.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *As origens do totalitarismo*: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

BORON, Atilio A. *O socialismo no século 21*: há vida após o neoliberalismo? São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

³ Termo que indica o contrário da factibilidade, categoria ética utilizada por Enrique Dusse para indicar um dos três momentos de fundamento da Ética da Libertação: material, formal, factível, e que sugere a escolha de mediações adequadas e eficazes para a realização de determinados fins.

BOURDIEU Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CABRAL, Amílcar. *Amilcar Bueno - livro* <http://www.amilcarchabral.org/livro.pdf> acesso em 06.05.2012.

CHOMSKY, Noam. *Ou o lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem social*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DUPAS, Gilberto; LAFER Celso e SILVA Carlos Eduardo Lins da (orgs). *A nova configuração mundial do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

DUSSEL, Enrique. *Política de La liberación: arquitetônica*. Volume II. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

_____. IBARRA-COLADO, Eduardo. *Globalization, Organization and the Ethics of Liberation*. Inaugural conference at tenth international colloquium of APROS, Oaxaca, Mexico, 7-10 December, 2003. Disponível em <<http://org.sagepub.com/cgi/reprint/13/4/489.pdf>> Acesso em 02.04.2008.

_____. *Carta a los indignados*. México: La jornada ediciones, 2011.

FARIA, José Eduardo. *O Direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 2002.

HELD, David. *La democracia y El orden global: Del Estado moderno AL gobierno cosmopolita*. Barcelona: Paidós, 1997.

JINKINS, Ivana (org). *Margem esquerda: ensaios marxistas* n.15. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Margem esquerda: ensaios marxistas* n. 16. São Paulo: Boitempo.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. *Globalização econômica, política e direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico*. Porto Alegre: Sergio Antioio Fabris Editor, 2002.

LINERA, Alvaro Garcia. *A potência plebéia: ação coletiva e identidades indígenas, operares e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINEZ, José Maria Seco. *Globalización: El nirvana del viejo orden burgués*. In: RUBIO, David Sanchez; FLORES, Joaquim Herrera; CARVALHO, Salo de (orgs). *Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004. P. 141-160.

MÉDICI, Alejandro. *La Globalización como Trama Jerárquica: “Gobernancia” sin Gobierno o Hegemonia? El Nuevo Contexto e los Derechos Humanos*. In: RUBIO, David Sanchez; FLORES, Joaquim Herrera; CARVALHO, Salo de (orgs). *Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004. P. 161-202.

PRZEWORSKY, Adam. *Estado e Economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VASCONCELLOS, Mércia Miranda. *Proteção Internacional dos direitos humanos na realidade latino-americana: reflexão filosófica sob a perspectiva da ética da libertação*. Curitiba: Juruá, 2010.

VITA, Alvaro de e BORON, Atilio A (orgs). *Teoria e filosofia política: a recuperação nos clássicos no debate latino-americano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Buenos Aires: Clacso, 2004.